

Sinda Ext

A redução prevista nas despesas de juros em 1986

Muito se tem falado sobre os ganhos que o País terá com a queda do preço do petróleo no mercado internacional. Os cálculos correntes são de que o Brasil poupará de US\$ 1,1 bilhão a US\$ 1,5 bilhão com a importação líquida de petróleo (importação menos exportação de derivados). Uma parte desses ganhos poderá vir a ser anulada pelo decréscimo das exportações brasileiras de manufaturados para os países exportadores de petróleo, mas existe a esperança de que seja possível ao Brasil aumentar as vendas para os grandes países industrializados, cujas economias poderão expandir-se mais folgadamente com um preço menor pago pelo petróleo.

Outro fato auspicioso, talvez mais importante, não vem merecendo tanta atenção por parte dos analistas. Trata-se da redução prevista nas despesas de juros pelo Brasil em 1986. O atual governo está às vésperas de acertar com os banqueiros, em negociações em curso em Nova York, a redução do "spread" sobre o estoque da dívida, que deverá baixar de 2,25 para 1,125%. Isso, juntamente

com outros fatores, deverá contribuir para uma substancial poupança de divisas.

Como se recorda, as autoridades brasileiras já obtiveram dos credores o compromisso de que toda a dívida brasileira renderá juros pela taxa interbancária de Londres (Libor). Com isso, diminuíram de modo apreciável os juros sobre uma parcela da dívida, estimada em 20% do total, que era remunerada pela taxa dos bancos americanos para clientes preferenciais ("prime rate"). Esta geralmente é superior à Libor, sendo a diferença hoje, entre uma e outra taxa, de 1,5%.

É preciso não esquecer que a própria Libor está em queda. Essa taxa, que era de 8,75% (para seis meses) em janeiro do ano passado, caiu para 8,56% em julho e agora está em 8%. A expectativa é de que a Libor possa apresentar novos decréscimos nos próximos meses, mas, mesmo que isso não se verifique, ninguém apostaria atualmente na alta.

Considerando todos esses fatores, não é, de forma alguma, irrealista supor que a taxa de trans-

ferências de encargos sobre a dívida (juros mais "spread" e outros "fees") apresente uma redução de 1,5 a 2% neste ano. Grosso modo, calculando a dívida externa total do Brasil em US\$ 104 bilhões, pode-se estimar que o Brasil poderá economizar US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2 bilhões na rubrica juros em 1986.

Essa evolução torna completamente sem sentido a discussão que ganhou tanto espaço na imprensa em meados do ano passado quanto à necessidade de dinheiro novo, ou seja, de novos empréstimos dos bancos internacionais ao Brasil neste exercício. Poupando US\$ 1 bilhão a US\$ 1,5 bilhão em petróleo e US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2 bilhões de juros, o governo brasileiro dispõe, praticamente, do volume de dinheiro novo de que precisaria para gerir a economia com mais conforto nesta fase de transição.

Explicando melhor: as importações de alimentos poderão ser acomodadas sem nenhum transtorno sob o ponto de vista cambial. Também não causa preocupação maior a perspectiva,

já antevista por alguns exportadores, de uma certa desaceleração nas vendas externas de manufaturados em 1986, em função da maior demanda do mercado interno e das dificuldades de colocação desses produtos em países em desenvolvimento.

Isso não quer dizer, em absoluto, que o País possa dispensar um superávit comercial elevado neste ano. O governo e as empresas continuam trabalhando para que o saldo comercial se mantenha na marca de US\$ 12,5 bilhões, e nesse sentido o superávit obtido em janeiro (US\$ 706 milhões) é encorajador. Contudo, se o saldo acumulado em 1986 for inferior US\$ 2 bilhões ao do ano anterior, ficando em US\$ 10,5 bilhões, o resultado poderá ser considerado satisfatório. Isto porque o déficit de juros poderá baixar na mesma proporção, possibilitando ao País cumprir os compromissos com os credores e conservar uma boa posição de reservas.

Deve-se ainda ter em mente que um menor saldo comercial significa também menos pressão sobre a dívida interna.